



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 423ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA ONZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às nove horas, realizou-se a quadringentésima vigésima terceira Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências do auditório da entidade, em Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação das atas das assembleias ordinária e extraordinária anterior; 2 - Programa Saúde Fiscal dos Municípios, com Ministério Público de Santa Catarina; 3 - Aprovação do orçamento da Ammvi para 2014; 4 - Encerramento de exercício; 5 - Movimento econômico; 6 - Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Ammvi para exercício de 2014; 7 – Projetos de saneamento da Funasa, com a presença do superintendente estadual em SC; 8 – Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado das atas pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Em continuidade, passou-se para o segundo assunto em pauta, relatado pelo coordenador de Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária do Ministério Público de Santa Catarina, senhor Murilo Casemiro Mattos, que apresentou o programa Saúde Fiscal dos Municípios, o qual já foi exposto à Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e às outras associações microrregionais do estado. O programa objetiva uma parceria entre o órgão e as prefeituras para uma melhor efetividade na cobrança e fiscalização dos tributos municipais, por meio de ações pedagógicas. Em sua apresentação, o coordenador explicou que o projeto faz parte do planejamento estratégico do MP/SC e é inédito no Brasil. A proposta é auxiliar os municípios na arrecadação dos tributos municipais e salientou ainda que não se trata de ajuste de conduta e sim de um termo de parceria técnica com os municípios, sem acarretar em aumento de carga tributária. Em seu relato, o senhor Murilo apresentou o trabalho que vem sendo desenvolvido com o Estado e, como resultado, ressaltou os valores cobrados em função de denúncia de crimes contra a ordem tributária, no caso sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja sonegação fiscal envolve milhões de reais. Após a implantação do programa pelo MP/SC no governo estadual, a sonegação fiscal diminuiu significativamente. Segundo o promotor, a atuação do órgão pode começar pelo promotor no recebimento da notificação fiscal enviada pelo auditor fiscal municipal com o crédito tributário vencido e, a partir de então, o promotor notifica o devedor para o pagamento do tributo sob condição de, na observância do não pagamento, ser processado criminalmente podendo somente se livrar do processo crime quitando os valores pendentes. Para o promotor, além do recebimento dos créditos, o programa fomenta bons resultados pelo efeito pedagógico da preocupação que se passa a ter em função do processo crime e voluntariamente os sonegadores passam a quitar as dívidas. Este trabalho já vem sendo feito no Estado e o mesmo pode ser executado nos municípios através da cobrança do Imposto Sobre Serviço (ISS). O senhor Murilo apresentou aos prefeitos um gráfico de arrecadação municipal de dois mil e onze, em que mostra o percentual de arrecadação dos impostos municipais. Neste, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) abrange 29,5% do montante, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) representa 15,12%, enquanto que o ISS abarca 55,38% da arrecadação municipal. Com tais valores, o promotor justifica a importância do programa e a necessidade de regular a cobrança do ISS e

44 explica aos prefeitos que, para tanto, pode ser firmado um termo de cooperação técnica em que cada parte
45 se responsabiliza por determinadas ações cabíveis a cada órgão. O promotor entregou aos prefeitos um
46 CD contendo as informações sobre o projeto, modelo de minuta de termo de cooperação, sugestão de
47 código tributário municipal e demais documentos de interesse. Na ocasião, o promotor leu aos prefeitos o
48 artigo onze da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dita: “Constituem requisitos essenciais da
49 responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da
50 competência constitucional do ente da Federação. Parágrafo único. É vedada a realização de
51 transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos
52 impostos”. Segundo ele, este conteúdo normativo se aplica na gestão municipal e, para que não haja
53 questionamentos aos prefeitos quanto ao cumprimento deste artigo, já que o município pode cumpri-lo
54 através da parceria com o MP/SC. Após, o promotor avisou que encaminhará ofício aos prefeitos para
55 verificar a adesão ao programa com apoio das promotorias regionais, ficando sob responsabilidade do
56 MP/SC dar vazão às demandas encaminhadas pelos municípios. O senhor Murilo esclareceu aos prefeitos
57 que, para participar do programa, é necessário colocar à frente um auditor fiscal efetivo da prefeitura,
58 porém, não terá problema se o nome do cargo não for este, uma vez que o importante é a atuação,
59 selecionar o profissional efetivo que lança o tributo, que atua na área e que possua as atribuições para
60 tanto. O prefeito de Brusque, senhor Paulo Roberto Eccel, salientou que a decisão dos prefeitos será
61 tomada em conjunto, já que todos estão integrados à Ammvi e buscam unicidade e integração nas ações.
62 Além disso, desabafou que muitas vezes há o desrespeito do Ministério Público que cobra ações dos
63 municípios, os quais não possuem condições financeiras e orçamentárias de executar, como também estão
64 limitados aos índices de legislações específicas da administração pública e órgãos de controle. O prefeito
65 elogiou ainda a explanação do promotor que, segundo ele, foi mais respeitosa quanto às colocações e está
66 buscando efetivamente diálogo com os prefeitos, sem autoritarismo. O presidente da Ammvi falou que a
67 proposta apresentada pelo promotor vai ao encontro do que os prefeitos estão trabalhando muito para que
68 possam melhorar cada vez mais a arrecadação nos municípios. Dando continuidade, passou-se para o
69 terceiro item da pauta, o qual foi apresentado pelo secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael
70 Corrêa. Neste, ele expôs aos prefeitos os valores do orçamento para o exercício seguinte, o qual ficará
71 semelhante ao deste ano. Os valores a serem repassados pelos municípios ficaram próximos dos valores
72 atuais, com exceção de Brusque e Gaspar, cujo índice de repasse do Fundo de Participação dos
73 Municípios (FPM) será alterado para maior. Ressaltou da possibilidade da Ammvi realizar em dois mil e
74 quatorze, como vem sendo feito nos dois últimos anos, a redução do repasse percentual global pelos
75 municípios, podendo se limitar a 1,09% do FPM. A entidade tem investido na ampliação da sede, na
76 contratação de profissionais para a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS)
77 – do qual até o momento os municípios repassaram apenas 20% do total acordado -, promoção de cursos
78 gratuitos aos servidores municipais e demais itens. Na oportunidade, foram colocadas em discussão e
79 aprovação duas resoluções sobre o orçamento para o próximo ano, as quais foram aprovadas por
80 unanimidade, sendo: Resolução nº 27, que estabelece o valor das contribuições dos municípios associados
81 à Ammvi para o período de janeiro a dezembro de dois mil e quatorze e dá outras providências; e
82 Resolução nº 28, na qual se estima a receita e fixa a despesa da Associação do próximo exercício e dá
83 outras providências. Em continuidade, o secretário executivo da Ammvi abordou questões relevantes
84 quanto ao encerramento do exercício financeiro e contábil dos municípios. Neste, falou que desde o ano
85 de dois mil, os municípios do Médio Vale tiveram anualmente as contas aprovadas, com exceção de
86 Brusque que não estava integrado à Ammvi no período que apresentou rejeição de contas. Como o



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 julgamento das contas ocorre todo ano, a Ammvi tem acompanhado os técnicos municipais no
88 cumprimento das exigências legais e normas do TCE e, por isso, o assunto também é abordado nas
89 assembleias dos prefeitos, de forma que todos estejam orientados e compreendam a dimensão das
90 exigências para resultar na aprovação das contas dos prefeitos. Ademais, o secretário executivo da
91 Ammvi alertou sobre os recursos que devem ser deixados nos cofres públicos. Ele falou ainda dos
92 repasses da primeira parcela do 1% adicional do FPM, realizado no dia nove de dezembro do corrente
93 ano, do valor da compensação pelas exportações que deve ser recebido ainda em dezembro. O senhor
94 José Rafael alertou aos prefeitos que, mesmo diante da expectativa de valores a serem creditados, é
95 necessário segurar as despesas e investimentos para que o município não termine o ano com déficit
96 orçamentário que, culminado com déficit financeiro, sinaliza a rejeição de contas pelo Tribunal de Contas
97 do Estado. Esse equilíbrio é necessário todos os anos e não somente no encerramento de mandato. Além
98 disso, é necessário cuidar dos outros índices, como a despesa com pessoal, educação e saúde, e que o não
99 atendimento da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131), em dois mil e doze também passou a
100 fazer parte do rol de restrições que são motivos de rejeição de contas pelo TCE/SC. Informou aos
101 prefeitos que uma ação de um grupo de trabalho do Colegiado de Controladores Internos Municipais fez
102 uma análise dos sites municipais e constatou que existem alguns problemas na divulgação das
103 informações. Diante disto, foi feita uma reunião com empresas de informática que atendem os municípios
104 da região, relatando as deficiências encontradas e cobrando soluções, com estabelecimento de prazos. Por
105 enquanto o TCE não está rejeitando contas pelas incorreções ou omissões na divulgação das informações
106 nos sites, mas em breve isso será feito e os municípios que não estiverem adequados poderão sofrer
107 sanções. Outra questão apresentada aos prefeitos foi da área de contabilidade que, com a entrada em vigor
108 do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, será exigida maior estrutura das prefeituras. Dando
109 continuidade, passou-se a palavra ao economista da Ammvi, senhor Célio Francisco Simão, que abordou
110 assuntos relacionados ao movimento econômico. Na ocasião, o economista passou aos prefeitos os
111 índices que serão aplicados a partir de primeiro de janeiro de dois mil e quatorze, em que parte dos
112 municípios da região da Ammvi vai receber menos, embora todo trabalho para ajustes tenha sido feito.
113 Segundo o economista, a tendência é que outras regiões do estado cresçam mais que o Médio Vale pelo
114 aumento do número de instalação de novas empresas, como também do volume de exportação de
115 produtos feito pelo Estado. Foi repassado ainda aos prefeitos a arrecadação bruta e o gráfico histórico da
116 arrecadação do ICMS, para se ter uma noção da expectativa de aumento, onde o economista frisou que o
117 município mesmo não diminuindo o seu índice de retorno pode receber menos recursos. Observando o
118 crescimento das regiões, verificou-se que o Médio Vale ainda alcançou um crescimento de 0,33%,
119 conseguindo se manter numa crescente. Após a explanação, passou-se para o quinto assunto em pauta –
120 eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Ammvi para a gestão o ano de dois mil e quatorze.
121 Na oportunidade, os prefeitos interessados se colocaram à disposição para assumir os cargos. Após debate
122 foi formada chapa única, a qual foi aprovada por unanimidade e eleita por aclamação. Logo, a Diretoria
123 Executiva da Ammvi ficou assim composta: presidente - Sérgio Almir dos Santos (PMDB), prefeito de
124 Indaial; primeiro vice-presidente - José Luiz Colombi (PMDB), prefeito de Botuverá; segundo vice-
125 presidente - Laércio Demerval Schuster Junior (PP), prefeito de Timbó; primeiro tesoureiro - Paulo
126 Roberto Weiss (PT), prefeito de Rodeio; segundo tesoureiro - Fernando Tomaselli (PP), prefeito de Rio
127 dos Cedros. Já o Conselho Fiscal da Ammvi ficou composto por três prefeitos titulares e três prefeitos
128 suplentes, ficando, respectivamente ocupados conforme segue: Nicanor Morro (PSD), prefeito de Apiúna;
129 Hartwig Persuhn (PP), prefeito de Doutor Pedrinho; Moacir Polidoro (PSD), prefeito de Ascurra; Paulo

130 Roberto Eccel (PT), prefeito de Brusque, Napoleão Bernardes Neto (PSDB), prefeito de Blumenau; Pedro
131 Celso Zuchi (PT), prefeito de Gaspar. O presidente eleito disse que se sente preparado e tem ciência que o
132 cargo exigirá mais tempo de sua rotina. Ressaltou que as decisões conjuntas devem partir da Ammvi e
133 que a entidade é permanente, enquanto que os cargos eletivos são temporários. Para ele, é necessário
134 terminar a ampliação da sede da Ammvi, aprimorar os consórcios públicos, dar andamento para o projeto
135 da usina de biogás e estruturação interna da entidade. Findado este tópico, fez-se uma inversão na ordem
136 da pauta e se passou para assuntos gerais, momento em que o prefeito de Rio dos Cedros, senhor
137 Fernando Tomaselli, falou que na última reunião com o Tribunal de Contas de Santa Catarina foi
138 indagado à Corte catarinense sobre o décimo terceiro salário e um terço de férias de prefeitos, vice-
139 prefeitos e secretários, em que a maioria das jurisprudências aprova o pagamento dos benefícios, porém é
140 necessário que o façam através de regulamentação legal aprovada pela Câmara de Vereadores, sendo que
141 Benedito Novo, Brusque e Indaial já têm isso instituído e previsto em lei. Outra orientação repassada diz
142 respeito à indenização das férias não gozadas aos prefeitos, inclusive com correção monetária, com
143 exceção àqueles que não são servidores públicos. Essas diretrizes também devem estar reguladas na Lei
144 Orgânica do Município. O prefeito Fernando disse que encaminhará a decisão aos demais prefeitos e
145 informou que o Prejulgado nº 1510 está disponível para download no site do TCE/SC. Em seguida, o
146 secretário executivo relatou que o prefeito de Guabiruba, senhor Matias Kohler, mostrou uma notificação
147 recebida do Ministério do Trabalho e Emprego solicitando informações relacionadas às leis que definem a
148 contratação temporária, o regime jurídico, os cargos permanentes e em comissão, dados pessoais dos
149 servidores, remuneração dos agentes políticos e funcionários públicos. Segundo o senhor José Rafael isso
150 exige alerta, pois o mesmo poderá ser solicitado aos demais municípios. Após, o prefeito de Indaial,
151 senhor Sérgio Almir dos Santos, tomou a palavra e relatou das exigências para ter acesso aos recursos do
152 Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam), principalmente no que tange as licenças da Fundação do Meio
153 Ambiente (Fatma). O prefeito sugeriu que a licença ambiental seja dispensada, pois geralmente são
154 pavimentações de ruas já existentes. Para tentar solucionar tal cenário, os prefeitos sugeriram que seja
155 marcada uma audiência com o presidente da Fatma, em que poderão comparecer os prefeitos que têm
156 interesse, cujo agendamento será feito pelo prefeito de Indaial. Encerrando assuntos gerais, passou-se a
157 palavra ao superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Santa Catarina, senhor Adenor
158 Piovesan, o qual cumprimentou aos prefeitos e agradeceu o convite feito pela Ammvi. Em seguida,
159 relatou que o órgão tem feito o trabalho de aproximação com as administrações municipais, a fim de
160 conhecer as demandas e carências, como também aproximar o Ministério da Saúde dos municípios, visto
161 que a Funasa está vinculada a este ministério. Falou que a Funasa é o acesso dos municípios aos
162 programas de saneamento, saúde ambiental, controle a qualidade da água, e que a entidade atende hoje a
163 duzentos e setenta municípios em Santa Catarina, com população abaixo de cinquenta mil habitantes. O
164 total dos municípios catarinenses está contemplado com recursos de ações de saneamento, salvo a
165 drenagem, aplicando recursos substanciais em iniciativas em andamento contados na primeira edição e
166 primeira etapa da segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, a
167 Funasa estava há pouco com dois editais abertos nas áreas de resíduos sólidos e melhorias sanitárias. O
168 superintendente relatou ainda que as demandas na área de saneamento básico são muito latentes no
169 estado, pois os municípios reconhecem a necessidade, estão trabalhando para melhorar o quadro atual,
170 como também as empresas que se instalam em cidades catarinenses estão exigindo cobertura total de
171 saneamento, o que tem exigido todo o esforço da Funasa e causado acúmulo de trabalho. Segundo ele, são
172 dezessete órgãos que financiam a área de saneamento no Brasil, faltando projetos bem elaborados. A



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 Funasa possui projetos nas áreas de resíduos sólidos, cooperativas, banheiros e unidade móvel de controle
174 da qualidade da água – que faz vinte e um tipo de análises. Para ter acesso a esta unidade, o município
175 deve expedir ofício à superintendência regional da Funasa solicitando a unidade móvel, bem como
176 especificar o período, o local de disposição, a ação a ser executada e o órgão envolvido. A Fundação
177 possui ainda um programa de saúde e educação ambiental, na região está sendo aplicado em Pomerode
178 através do Projeto Gota, com o apoio do Sistema Único de Saúde (SUS). Após apresentar as obras
179 concluídas e em execução nos municípios catarinenses feitas pela Funasa, o senhor Piovesan se colocou à
180 disposição para os esclarecimentos de dúvidas. O presidente da Ammvi deixou o espaço aberto à palavra
181 livre, em que o secretário executivo da Ammvi falou do acompanhamento que a Associação vem fazendo
182 nos Termos de Ajuste de Conduta (TACs) na área de saneamento, relatando que dentre as preocupações
183 estão os projetos, alguns que já saíram da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e
184 outros que não passaram pelo crivo da Funasa. Além disso, questionou sobre o andamento dos projetos
185 dos municípios do Médio Vale em análise na Funasa. Em resposta, o superintendente orientou que, no
186 caso de chamamento do Ministério Público, o prefeito deve levar junto à reunião o diretor da
187 concessionária estadual ou autarquia que presta os respectivos serviços de água e saneamento, pois não há
188 como assinar um TAC sem ter um projeto e, a elaboração deste é morosa em virtude das diretrizes que
189 devem ser alocadas. Quanto aos projetos, a Casan faz a contratação de empresas para a elaboração dos
190 projetos, sendo que estes são feitos aos moldes da Companhia que, por visar ao lucro, trabalha com
191 diferentes valores e aplica tabelas financeiras díspares das utilizadas em administrações públicas
192 municipais, as quais não visam lucratividade e ainda tem o acompanhamento de diversos órgãos de
193 controle externo, o que inviabiliza a aprovação dos projetos pelo valor dos custos e taxas. A Funasa está
194 elaborando projetos para alguns municípios sendo que, no primeiro edital contemplou cento e vinte e sete
195 e, no segundo, mais quinze, não sabendo especificar o superintendente se algum município da Ammvi
196 está contemplado nestes editais, cuja informação deverá ser posteriormente averiguada. Todavia,
197 salientou que os municípios que ainda não têm projetos deverão fazê-lo o mais breve, sob pena de não
198 receberem recursos a fundo perdido. Usando a palavra, o presidente da Ammvi e prefeito de Timbó falou
199 que o município há anos atrás elaborou um projeto de saneamento básico que posteriormente foi rejeitado
200 na avaliação da Funasa. Contudo, segundo o prefeito, desde o ano de dois mil e onze os projetos não estão
201 sendo aprovados, demandando novos contratos com empresa para adequação do projeto executivo com
202 mais recursos dispendidos para tentar aprovação na seleção de dois mil e doze sem que, novamente, tenha
203 ocorrido a aprovação. Observou-se que não há um conhecimento correto dos motivos da rejeição, pois a
204 empresa alega que todos os itens foram seguidos conforme as diretrizes da Funasa e, esta, por sua vez,
205 não aponta os erros para que o município possa providenciar os ajustes. O senhor Piovesan explicou que a
206 seleção dos projetos iniciou com um cadastramento do governo federal seguido de um primeiro filtro.
207 Após, foi solicitado aos municípios a apresentação de cinco documentos: memorial de cálculo, memorial
208 descritivo, peças gráficas, planilhas e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), sem passar por
209 análise, somente apresentação. Dos municípios que sobraram, a Funasa chamou através de portaria para
210 uma entrevista técnica, em que o município deveria defender tecnicamente o projeto, podendo
211 comparecer prefeito, técnico municipal ou engenheiro da empresa contratada para a elaboração do
212 projeto. Neste momento, já era publicada uma ata com recomendação ou não do projeto, onde era
213 concedido mais um prazo de cinco dias úteis para os ajustes. Depois disso, apenas quarenta e cinco
214 municípios sobraram na seleção e, após, foi criado um valor de referência para cada estado, construído
215 por 20% do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 30% pela população, 25% pelo déficit do



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 saneamento e 25% pela execução do PAC 2. Assim, o valor consolidado do estado ficou 70% menor que
217 o valor recomendado aos projetos. Logo, colocou-se como filtro primeiramente os municípios com
218 projetos de menor valor, seguidos pelos de maior valor com licença ambiental emitida e, após, aqueles
219 com licença ambiental emitida e escritura do terreno. Depois desse processo, passou-se para a visita
220 técnica, obedecendo a critérios rigorosos, sobrando vinte e cinco municípios. Deste modo, a partir de
221 agora, serão construídos os pareceres dos projetos dos municípios não contemplados, em que informar-se-
222 á a eles as pendências verificadas para correção, viabilizando aprovação futura. Após a explanação do
223 superintendente, o secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade de Pomerode,
224 senhor Mauricio Eduardo Gorigoitía Vega, perguntou se há previsão da liberação dos recursos aos
225 municípios que já receberam a visita técnica e foram aprovados, ao que o senhor Piovesan afirmou que a
226 Funasa está aguardando a decisão de governo, pois faltam ajustes de alguns estados. O secretário
227 municipal de Planejamento e Trânsito de Benedito Novo, senhor Luiz Carlos Marcello, questionou uma
228 alternativa de dar cumprimento ao TAC que vence em dois mil e quatorze já que a previsão para o
229 município, contemplado na execução do projeto, é que os trabalhos de elaboração sejam iniciados só no
230 próximo ano. Neste aspecto, o secretário executivo da Ammvi sugeriu que, uma vez publicada a portaria
231 de seleção dos municípios, o documento seja enviado ao Ministério Público como comprovação da
232 captação dos recursos de convênio, pois o intuito do TAC é buscar comprometimento com prazos e
233 execução de ações para implantação da coleta e tratamento do esgoto, de forma que aqueles que já
234 tiverem o projeto concluído deverão buscar recursos e fontes de financiamento. Encaminhando-se para o
235 encerramento, o presidente agradeceu a presença do superintendente e afirmou que a Associação
236 continuará vigilante no cumprimento dos prazos e ações. Nada mais havendo a tratar, o presidente
237 Laércio Schuster Junior agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da assembleia,
238 da qual se lavrou a presente ata.

239
240
241
242
Laércio Demerval Schuster Junior
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

243
244
Sérgio Almir dos Santos
Primeiro Tesoureiro

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico (OAB/SC 17.692)